



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 13 de abril de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos de Gestão e Despesas

EDITAL DO BALANÇO PATRIMONIAL DO AME SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, DE 10 DE ABRIL DE 2026

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

INSTITUTO SÓCRATES GUANAES – ISG/AMESJC

Gestor do Ambulatório Médico de Especialidades “Edy Costa Mendes” - São José dos Campos

CNPJ nº 03.969.808/0011-41

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

Conteúdo

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado do período

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa – (método indireto)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

	Nota	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	644.081,23	1.199,57
Contratos de gestão e convênios	5	2.251.178,45	2.485.177,15
Outros Créditos	6	34.934,15	34.201,20
Estoque	7	106.239,43	111.095,66
Despesas Antecipadas	8	92.679,59	78.266,02
		<u>3.129.112,85</u>	<u>2.709.939,60</u>
Não Circulante			
		<u>-</u>	<u>-</u>
Total do Ativo			
		<u>3.129.112,85</u>	<u>2.709.939,60</u>
Ativo Compensado			
	9	<u>4.381.663,82</u>	<u>4.695.587,14</u>
Total do Ativo e do Ativo Compensado			
		<u>7.510.776,67</u>	<u>7.405.526,74</u>
Passivo Circulante			
Fornecedores	10	913.437,39	883.563,53
Salários e encargos sociais	11	1.168.709,56	1.238.421,15
Obrigações tributárias	12	65.077,18	62.760,40
Outros passivos	13	26.886,34	74.392,31
		<u>2.174.110,47</u>	<u>2.259.137,39</u>
Não Circulante			
Provisões Contingenciais	14	568.472,23	-
Partes Relacionadas	15	386.530,15	450.802,21
		<u>955.002,38</u>	<u>450.802,21</u>
Patrimônio Líquido			
Superavit / (Déficit) acumulado		<u>-</u>	<u>-</u>
Total do Patrimônio Líquido			
		<u>-</u>	<u>-</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido			
		<u>3.129.112,85</u>	<u>2.709.939,60</u>
Passivo Compensado			
	9	<u>4.381.663,82</u>	<u>4.695.587,14</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido e Passivo Compensado			
		<u>7.510.776,67</u>	<u>7.405.526,74</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado do Período
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

	Nota	2025	2024
Receitas Atividade de Saúde - com restrição	16	18.617.793,63	18.214.398,37
Programa atividades de saúde	16.1	18.616.392,42	18.210.381,38
Outras receitas atividades de saúde	16.2	1.401,21	4.016,99
Custos com Programa Atividade de Saúde - com restrição	17	(16.825.113,85)	(16.467.991,72)
Programa atividades de saúde		(16.825.113,85)	(16.467.991,72)
Superávit (Déficit) Bruto Atividade de Saúde - com restrição		1.792.679,78	1.746.406,65
Despesas Operacionais Atividade de Saúde - com restrição	18	(1.904.122,66)	(1.784.714,01)
Com pessoal	18.1	(382.500,27)	-
Serviços prestados por terceiros	18.2	(1.241.618,27)	(1.529.454,09)
Gerais e administrativas	18.3	(278.272,98)	(253.604,56)
Tributárias	18.4	(1.731,14)	(1.655,36)
Bens Adquiridos CG Atividade de Saúde -com restrição	19	-	-
Bens adquiridos CG		(4.008,06)	(7.180,00)
Programa Atividade de Saúde - Investimentos		4.008,06	7.180,00
Superávit (Déficit) Antes do Resultado Financeiro Atividade de Saúde - com restrição		(111.442,88)	(38.307,36)
Resultado Financeiro Atividades de Saúde - com restrição	20	111.442,88	38.307,36
Receitas financeiras		126.117,92	51.283,64
Despesas financeiras		(14.675,04)	(12.976,28)
Superávit (Déficit) do Período Atividade de Saúde - com restrição		0,00	0,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

	2025	2024
Superávit (Déficit) líquido do período	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

EVENTOS	Patrimônio Social	Outros Resultados Abrangentes	Outras Reservas	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit / (Déficit)	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Movimentação do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit / Déficit do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Superávit com Restrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Gestão e Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes do exercício anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Movimentação do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit / Déficit do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Superávit com Restrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Gestão e Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (método indireto)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	-	-
Variações nos ativos e passivos		
Contratos de gestão e convênios	233.998,70	(388.956,76)
Estoque	4.856,23	(22.497,75)
Outros Créditos	(732,95)	15.341,86
Despesas antecipadas	(14.413,57)	4.905,45
Ações Trabalhistas	-	43.947,20
Fornecedores	29.873,86	204.803,28
Salários e encargos sociais	(69.711,59)	(72.155,99)
Obrigações tributárias	2.316,78	8.739,90
Outros passivos	(47.505,97)	65.645,39
Provisões Contingenciais	568.472,23	(96.189,03)
Partes relacionadas	(64.272,06)	64.272,06
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades operacionais	642.881,66	(172.144,39)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	642.881,66	(172.144,39)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.199,57	173.343,96
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	644.081,23	1.199,57

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais)

1. Contexto Operacional

O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa.

O Governo do Estado de São Paulo, mais especificamente a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, com intuito de aperfeiçoar o atendimento prestado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) garantindo ao usuário qualidade na assistência em suas unidades, aderiu a novo modelo de gestão de saúde, atribuindo esta função às OSS - Organizações Sociais ligadas a Saúde.

Com isso, o ISG foi convidado a fazer parte de nova metodologia de gestão de saúde implantada pelo Governo de São Paulo, sendo escolhido em novo processo de concorrência pública para administrar

uma importante unidade de saúde do estado, o AME-SJC – Ambulatório Médico de Especialidades “Edy Costa Mendes”, localizado na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, a partir de 01 de maio de 2018.

Por meio do Conselho deliberativo do ISG Sede, foi criada uma Filial ISG no local, justamente para aplicar as metodologias de gestão na unidade AME-SJC, atendendo inicialmente as regras definidas no contrato de gestão nº 001.0500.000.001/2018, assinado em 04 de abril de 2018, e seus respectivos termos aditivos. Contudo, o contrato foi encerrado em 30 de abril de 2023.

Em 27 de abril de 2023, o ISG celebrou novo contrato de gestão SES-PRC-2023/07458, com vigência de 60 meses, a partir de 01 de maio de 2023, para regulamentar o desenvolvimento das ações e serviços de saúde, na unidade AME de São José dos Campos, dando continuidade ao processo de gestão da unidade.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de Conformidade com Relação às Normas do

Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão e seus respectivos termos aditivos, em atendimento da representação fidedigna (essência sobre a forma), cujas sínteses estarão demonstradas a seguir:

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis.

2.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto.

2.4. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.5. Alteração de Critério de Apresentação

A partir do exercício de 2025, o Instituto promoveu mudança no critério de apresentação das Despesas Operacionais (Nota 19). Os gastos corporativos comuns a todas as unidades englobando despesas com pessoal, serviços prestados por terceiros e consumo de concessionárias (água, luz, internet), entre outros, que no exercício comparativo de 2024 eram apresentados de forma unificada na rubrica "Despesas Corporativas" (subitem 19.2), passaram a ser segregados e classificados de acordo com a sua natureza específica. Essa reclassificação sensibilizou diversos grupos de despesas no exercício de 2025 e tem como objetivo exclusivo aprimorar a transparência e a clareza das informações contábeis, não gerando impactos adicionais no resultado apurado.

3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos Financeiros

(a)- Ativos Financeiros não Derivativos

O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de caixa central (fundo fixo), bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário.

O valor de recebíveis de contratos de gestão são recursos com restrição em detrimento de cláusulas contratuais e refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2026, conforme previsto no antigo Contrato de Gestão 001.0500.000.001/2018, assinado em 04 de abril de 2018 e na continuação conforme contrato de gestão SES-PRC-2023/07458, assinado em 27 de abril de 2023, com vigência de 60 meses a partir de 01 de maio de 2023, e seus respectivos termos aditivos. São considerados ativos financeiros classificados como recebíveis.

(b)- Passivos Financeiros não Derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, impostos, contribuições e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.2. Ativo imobilizado

(a)- Reconhecimento e Mensuração

O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do contrato de gestão SES-PRC-2023/07458, e seus respectivos termos aditivos, administra o Ambulatório Médico de Especialidades de São José dos Campos – AME SJC e todos os bens cedidos e/ou adquiridos com recursos do contrato, caso existam. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens são registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo – SES-SP. Caso existam, os bens adquiridos no decurso do exercício passam a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.

(b)- Depreciação

A depreciação, caso exista, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, não é aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão e seus respectivos termos aditivos, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de São Paulo.

3.3. Redução ao Valor Recuperável ("impairment")

O valor contábil do ativo imobilizado, quando existente, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão SES-PRC-2023/07458, e seus respectivos termos aditivos, não são registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito, portanto, para o caso em específico, não é objeto de impairment.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2025.

3.4. Estoques

Os estoques, quando existentes, são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.) sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames.

3.5. Patrimônio Líquido

O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos.

3.6. Apuração do Resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No

que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado.

3.7. Tributação

O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto, sobre o superávit, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. Em 27 de dezembro de 2024, por meio do Despacho GM/MS nº 201, foi concedido o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) à Entidade. A publicação do despacho ocorreu em 08 de janeiro de 2025 no Diário Oficial da União, data que marca o início da vigência do certificado, garantindo à entidade a imunidade de contribuições à seguridade social, tais como INSS cota patronal e PIS sobre a folha de pagamento.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Cada recurso recebido em razão do contrato de gestão e termos aditivos é alocado em contas correntes que foram criadas especificamente para geri-lo e aplicá-lo devidamente. Porém, o ISG é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte do contratante.

	2025	2024
Caixa e bancos	1.573,19	993,61
Aplicações financeiras (*)	642.508,04	205,96
	<u>644.081,23</u>	<u>1.199,57</u>

(*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente aos certificados de depósito bancário (CDB) renda fixa no Banco do Brasil S.A. remunerados a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

DESCRIÇÃO	TX a.a(%)	TIPO	2025	2024
Banco do Brasil 21.472-8 CDB	(13,2137 a.a)	RF Ref DI	58.852,09	-
Banco do Brasil 21.472-8	(13,5135 a.a)	RF CP	583.655,95	205,96
			<u>642.508,04</u>	<u>205,96</u>

5. Contratos de Gestão e Convênios

Ano	Subvenção Recebida (+)	Rendimento aplicação (+)	Custo Imob. Anterior (-)	Outras Receitas (+)	Reconh. Custo de Glosa e Ajustes (-)	Custos Realizados (-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)	Subvenção Prevista Anual	Saldo Acum. Sub. a Receber Conforme Cronograma Anual	Valor do Contrato/ Aditivo	Saldo Acumulado de Subvenção a Receber	Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)
2024	17.993.664,00	50.650,30	7.180,00	72.074,12	165.059,38	18.333.105,80	(2.485.177,15)	17.993.664,00	0,00	827.415,60	57.220.828,00	54.735.650,85
2025	18.713.412,00	125.412,00	4.008,06	2.107,13	(140.987,18)	18.743.911,55	(2.251.178,45)	18.713.412,00	0,00	1.547.163,60	40.054.579,60	37.803.401,15

Os valores apresentados nesse demonstrativo referem-se às parcelas a serem executadas, previstas no Contrato de Gestão SES-PRC-2023/07458, e seus respectivos termos aditivos, firmado entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no AME-SJC, em São Jose dos Campos - SP.

Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)" no valor de R\$ 2,251 milhões, refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas

- regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2026, conforme previsto no Contrato de Gestão e seus respectivos termos aditivos.

Conforme descrito na coluna "Saldo Acumulado de Subvenção a Receber" e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, e demais aditivos, o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2025 é de R\$ 40,054 milhões até a conclusão do contrato (prevista para 30/04/2028).

Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)" a Entidade possui o saldo de R\$ 37,803 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida os custo/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do lastro contratual.

6. Outros Créditos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Adiantamentos a fornecedores (i)	334,50	-
Créditos de Empregados (ii)	34.599,65	30.977,31
Impostos e Contribuições a Recuperar	-	3.223,89
	<u>34.934,15</u>	<u>34.201,20</u>

(i)- Refere-se a adiantamento realizado a fornecedor cuja nota fiscal ainda não entrou no estoque pelo motivo de estar aguardando o recebimento dos produtos.

(ii)- Refere-se à antecipação de Férias de colaboradores, conforme preceitos da legislação trabalhista.

7. Estoque

Em 31 de dezembro de 2025, o estoque apresenta o saldo de R\$ 106.239,43 e está apresentado pelo valor de custo médio de aquisição.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Estoque	116.078,90	111.095,66
(-) Estoque de terceiros em nosso poder	(9.839,47)	-
	<u>106.239,43</u>	<u>111.095,66</u>

8. Despesas Antecipadas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prêmios de Seguros	7.939,34	7.682,64
Vale-Transporte	12.276,89	10.081,26
Vale-Refeição/Vale-Alimentação	72.463,36	60.502,12
	<u>92.679,59</u>	<u>78.266,02</u>

9. Ativo/Passivo Compensado

O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se aos bens patrimoniais adquiridos com recursos dos contratos de gestão nº 001.0500.000.001/2018 e SES-PRC-2023/07458 e seus respectivos termos aditivos, bens cedidos pela SES-SP, quando aplicável, além dos possíveis bens recebidos como doação, quando aplicável, que devem ser incorporados ao patrimônio da SES-SP, durante a vigência do contrato de gestão, firmado com o Estado de São Paulo, para auxiliar a

prestação dos serviços propostos e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Custo	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos Hospitalares	Equipamentos de Informática	Bens Cedidos	Bens Recebidos em Doação	Total
Em 31 de dezembro de 2024	403.283,11	188.820,18	2.927.204,54	162.947,78	923.635,39	89.696,14	4.695.587,14
Adição	-	-	3.020,06	988,00	-	-	4.008,06
Baixas (i)	(13.134,40)	(17.065,23)	(232.385,13)	(11.240,00)	(43.500,00)	(606,62)	(317.931,38)
Em 31 de dezembro de 2025	390.148,71	171.754,95	2.697.839,47	152.695,78	880.135,39	89.089,52	4.381.663,82

(i)- Durante o exercício de 2025 a unidade realizou processo de inventario dos bens, analisando ainda seu estado conservação e condições de uso, com isso foi solicitado a baixa dos bens junto a órgão competente do estado de São Paulo para arrolamento dos bens, com isso, foram feitas baixas contábeis de bens para se adequar ao controle patrimonial da unidade. Ainda, foram realizadas transferências de dois itens sendo “Audiômetro Portátil” para o Hospital das Clínicas de Bauru, no valor histórico de R\$ 43.500,00 e um “Simulador de Mama”, transferido para a unidade Hospital Regional do Litoral Norte -HRLN gerido pelo ISG, no valor histórico de R\$ 3.980,00, ambas transferências realizadas com anuência da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo – SES/SP.

10. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores de bens e mercadorias (i)	45.672,38	102.040,85
Fornecedores de serviços (ii)	867.765,01	781.522,68
	913.437,39	883.563,53

(i)- Os fornecedores de bens e mercadorias, são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar, gases medicinais e outros insumos inerentes à operacionalização das atividades hospitalares e ao atendimento aos pacientes.

(ii)- Os fornecedores de serviços, que representam o total de serviços contratados (inclusive serviços médicos e hospitalares) são todos necessários a atividade operacional para atendimento ao contrato de gestão SES-PRC-2023/07458, e seus respectivos termos aditivos.

11. Salários e Encargos Sociais

As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos do Instituto, e estão assim apresentadas:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Salários a pagar	342.966,34	303.396,81
IRRF s/ salários	56.104,81	37.118,28
INSS (i)	37.421,13	152.371,05
FGTS	55.310,75	47.911,47
Provisões férias e encargos	655.416,20	690.986,10
Empréstimo consignado a pagar	18.490,09	-
PIS sobre folha de pagamento (i)	-	3.998,99
Outros (ii)	3.000,24	2.638,45
	<u>1.168.709,56</u>	<u>1.238.421,15</u>

(i)- Em 27 de dezembro de 2024, por meio do Despacho GM/MS nº 201, foi concedido o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) à Entidade. A publicação do despacho ocorreu em 08 de janeiro de 2025 no Diário Oficial da União, data que marca o início da vigência do certificado, garantindo à entidade a imunidade de contribuições à seguridade social, tais como INSS cota patronal e PIS sobre a folha de pagamento.

(ii)- Refere-se à pensão alimentícia e contribuições sindicais e assistenciais.

12. Obrigações Tributárias

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imposto de renda retido na fonte	7.675,19	7.314,50
PIS / COFINS e CSLL retidos de terceiros	51.318,57	49.545,90
ISS retido de terceiros	3.768,66	3.621,16
INSS retido de terceiros	2.314,76	2.278,84
	<u>65.077,18</u>	<u>62.760,40</u>

13. Outros Passivos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Medicamentos Recebidos de Terceiros	-	8.197,07
Provisão de Serviços Prestados (i)	26.886,34	66.195,24
	<u>26.886,34</u>	<u>74.392,31</u>

(i)- Refere-se a provisões de serviços contratados e executados, conforme regime de competência, a serem faturados nos meses subsequentes.

14. Provisões Contingenciais

A Entidade possui ações perante os tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões judiciais. Em atendimento a NBC TG 25 (R2), a Entidade deve comunicar a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo departamento jurídico, como prováveis e possíveis perdas. Neste sentido, os processos que foram classificados, pelo departamento jurídico da Entidade, estão abaixo listados.

		2025		2024	
	Tipo	Quant.	Valor Estimado	Quant.	Valor Estimado
Quantidade de ações Prováveis	Trabalhistas	0	-	0	-
	Cível	1	568.472,23	0	-
	Tributária	0	-	0	-

		2025		2024	
	Tipo	Quant.	Valor Estimado	Quant.	Valor Estimado
Quantidade de ações Possíveis	Trabalhistas	0	-	1	106.055,01
	Cível	0	-	0	-
	Tributária	0	-	0	-

15. Partes Relacionadas

	2025	2024
ISG - FILIAL 06	386.530,15	386.530,15
ISG - MATRIZ	-	64.272,06
	<u>386.530,15</u>	<u>450.802,21</u>

16. Receitas Programa Atividade de Saúde – com restrição

16.1 Programa atividades de saúde

Programa Atividades de Saúde

	2025	2024
	<u>18.616.392,42</u>	<u>18.210.381,38</u>
	<u>18.616.392,42</u>	<u>18.210.381,38</u>

Receita de subvenção realizada em razão da execução dos Contratos de Gestão - SES-PRC-2023/07458 e seus respectivos termos aditivos, firmados com a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, sendo em 31 de dezembro de 2024, R\$ 18.616.392,42 registrado como receita de subvenção para custeio, com restrição, na área de saúde.

16.2 Outras receitas

Contribuições e Doações

	2025	2024
	<u>1.401,21</u>	<u>4.016,99</u>
	<u>1.401,21</u>	<u>4.016,99</u>

Total Receitas Atividades de Saúde - com restrição

	<u>18.617.793,63</u>	<u>18.214.398,37</u>
--	-----------------------------	-----------------------------

17. Custos com Programa de Atividade de Saúde – com restrição

	2025	2024
Custo de pessoal próprio (i)	7.130.298,82	7.738.260,09
Materiais médicos e hospitalares	425.959,61	452.198,11
Medicamentos	138.883,22	136.243,37
Materiais de uso e consumo	296.852,36	217.647,61
Ajuste de Inventário e Perdas	3.101,01	2.145,32
Custos de serviços assistências e de apoio (ii)	8.261.546,60	7.988.921,01
Provisões para Contingências (iii)	568.472,23	(67.423,79)
	<u>16.825.113,85</u>	<u>16.467.991,72</u>

(i)- Os custos de pessoal próprio compõem os gastos com as remunerações, encargos e benefícios dos funcionários.

(ii)- Os custos de serviços assistenciais e de apoio são compostos por gastos com Serviços de Manutenção, Locação, Serviços Médicos, laboratoriais entre outros serviços prestados por terceiros.

(iii)- A Entidade possui ações perante os tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões judiciais.

18. Despesas Operacionais Atividade de Saúde – com restrição

Conforme detalhado na Nota 2.5 (Alteração de Critério de Apresentação), as despesas operacionais do exercício de 2025 foram reclassificadas para refletir a natureza específica dos gastos. As "Despesas Corporativas", que no exercício de 2024 foram apresentadas de forma unificada na Nota 18.2, passaram a ser segregadas em 2025 e realocadas nas seguintes rubricas: 18.1. Com pessoal: Remunerações, Encargos e Benefícios; 18.2. Serviços Prestados por Terceiros: Serviços Advocatícios, Serviços de Consultoria (i), Serviços de Contabilidade, Serviços Especializados em TI, Serviços de RH e Outros Serviços (iii); 18.3. Despesas Gerais e Administrativas: Utilidades e Serviços (i), Ocupação (ii) e Outras Despesas e 18.4. Despesas Tributárias: IPTU.

18.1. Com pessoal

	2025	2024
Remunerações	297.891,24	-
Encargos	39.465,96	-
Benefícios	45.143,07	-
	<u>382.500,27</u>	<u>-</u>

No exercício de 2025 o instituto passou a segregar as despesas com pessoal que antes eram classificados no grupo de despesa corporativa. Essas despesas corporativas são compostas por gastos com funcionários, que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto cada unidade arca com as horas técnicas aplicadas por estes profissionais.

18.2. Serviços Prestados por Terceiros

	2025	2024
Serviços Advocatícios	63.932,22	25.920,00
Serviços de Consultoria (i)	119.550,44	40.373,80
Serviços de Contabilidade	127.113,48	115.700,00
Serviços Especializados em TI	283.275,12	250.329,61
Serviços de RH	111.353,07	88.856,68
Serviços Gráficos	71.693,40	49.359,65
Despesas Corporativas (ii)	-	589.162,00
Outros Serviços (iii)	464.700,54	369.752,35
	<u>1.241.618,27</u>	<u>1.529.454,09</u>

(i)- Os serviços de consultoria são compostos por prestadores de serviços que gerem a qualidade da operação do ambulatório, prestadores que controlam o atendimento e orientam os médicos e serviços de acompanhamento educacional e metodológico.

(ii)- As despesas corporativas são compostas por gastos administrativos, inclusive com funcionários, que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto cada unidade arca com as horas técnicas aplicadas por estes profissionais. Contudo, para o exercício de 2025, o instituto passou a segregar as despesas corporativas por tipo de despesa, conforme detalhado na nota 2.5.

(iii)- Outros serviços compõem os gastos com manutenção em geral, auditoria, cursos e treinamentos, serviço de frete, e outros serviços prestados por pessoa física e jurídica.

18.3. Despesas Gerais e Administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Consumo de Materiais e Medicamentos em Geral	2.108,20	1.014,38
Utilidades e Serviços (i)	246.796,69	245.696,27
Viagens e Estadias	14.299,92	2.337,69
Ocupação (ii)	9.356,39	-
Outras Despesas (iii)	5.711,78	4.556,22
	<u>278.272,98</u>	<u>253.604,56</u>

(i)- São gastos com energia elétrica, telefonia, água, correios, cartório e seguro predial.

(ii)- Referem-se a gastos com aluguel e condomínio da unidade corporativa do Instituto, rateado entre as unidades geridas.

(iii)- Referem-se a despesas com anuidades, mensalidades, chaves, carimbos, estacionamento, pedágios e indenizações cíveis.

18.4. Despesas Tributárias

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
IPTU	1.489,63	-
Outros impostos e taxas (i)	241,51	1.655,36
	<u>1.731,14</u>	<u>1.655,36</u>

(i)- São gastos com impostos e taxas do município de São José dos Campos - SP.

19. Bens Adquiridos CG Atividade de Saúde – com restrição

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Bens Adquiridos CG atividade de saúde com restrição	4.008,06	7.180,00
	<u>4.008,06</u>	<u>7.180,00</u>

Refere-se aos bens adquiridos com recursos do Contrato de Gestão – CG e seus respectivos termos aditivos.

20. Resultado Financeiro Atividade de Saúde – com restrição

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas Financeiras	126.117,92	51.283,64
Despesas Financeiras	(14.675,04)	(12.976,28)
	<u>111.442,88</u>	<u>38.307,36</u>

21. Eventos subsequentes

Até a presente data, não houve fatos relevantes que pudessem ser objeto de destaque nesta nota.

Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes
Diretor presidente
CPF: 195.644.575-72

Raphael Lindenbach de Moraes
CRC 1SP 261037

Ernesto Stangueti
Diretor Financeiro
CPF: 846.816.088-15

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS RECEBIDOS NO EXERCÍCIO 2025				
DATA PREVISTA PARA O REPASSE (2)	VALORES PREVISTOS (R\$)	DATA DO REPASSE	NÚMERO DO DOCUMENTO DE CRÉDITO	VALORES REPASSADOS (R\$)
08/01/2025	1.559.451,00	08/01/2025	2025OB02419	1.559.451,00
07/02/2025	1.559.451,00	06/02/2025	2025OB11584	1.559.451,00
07/03/2025	1.559.451,00	06/03/2025	2025OB19200	1.559.451,00
07/04/2025	1.559.451,00	04/04/2025	2025OB29797	1.559.451,00
08/05/2025	1.559.451,00	07/05/2025	2025OB43372	1.559.451,00
06/06/2025	1.559.451,00	06/06/2025	2025OB56890	1.559.451,00
07/07/2025	1.559.451,00	04/07/2025	2025OB69059	1.559.451,00
07/08/2025	1.559.451,00	06/08/2025	2025OB81924	1.559.451,00
05/09/2025	1.559.451,00	05/09/2025	2025OB94327	1.559.451,00
07/10/2025	1.559.451,00	06/10/2025	2025OBA7306	1.559.451,00
07/11/2025	1.559.451,00	06/11/2025	2025OBC4661	1.559.451,00
05/12/2025	1.559.451,00	05/12/2025	2025OBD7375	1.559.451,00
Total	18.713.412,00	TOTAL DOS VALORES REPASSADOS		18.713.412,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				1.199,57
RECEITAS COM APLICAÇÕES FINANCEIRAS DOS REPASSES PÚBLICOS				125.412,00
OUTRAS RECEITAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO AJUSTE				76,20
TOTAL DE RECURSOS PÚBLICOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO				18.840.099,77

DEMONSTRATIVO DO SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	
TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEL NO EXERCÍCIO	18.840.099,77
DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO	18.196.018,54
VALOR AUTORIZADO PARA APLICAÇÃO NO EXERCÍCIO SEGUINTE	644.081,23

ESTRUTURA E VOLUME DE ATIVIDADES CONTRATADAS

Relatório - Contratado X Realizado - Gestão em Saúde

AME SJ DOS CAMPOS - Período: De 01 até 12/2025

271 - Consultas Médicas	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Primeiras Consultas Rede	8.244	7.975	-3%	8.244	7.877	-4%
Interconsultas	600	3.622	504%	600	3.469	478%
Consultas Subseqüentes	11.844	13.535	14%	11.844	13.763	16%
Total	20.688	25.132	21%	20.688	25.109	21%

272 - Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Consultas Não Médicas	11.520	10.846	-6%	11.520	10.233	-11%
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	420	561	34%	420	776	85%
Total	11.940	11.407	-4%	11.940	11.009	-8%

571 - Cirurgia Ambulatorial Maior (CMA)	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Cirurgias ambulatoriais CMA	1.308	1.351	3%	1.308	1.312	0%
Total	1.308	1.351	3%	1.308	1.312	0%

572 - Cirurgia Ambulatorial Menor (cma)	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Cirurgias ambulatoriais cma	1.140	1.293	13%	1.140	1.310	15%
Total	1.140	1.293	13%	1.140	1.310	15%

680 - SADT Externo	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Radiografia	600	435	-28%	600	480	-20%
Mamografia	3.000	2.431	-19%	3.000	2.400	-20%
Densitometria	2.460	2.483	1%	2.460	2.479	1%
Radiologia	6.060	5.349	-12%	6.060	5.359	-12%
Ecocardiografia	1.014	1.127	11%	1.014	890	-12%
Ultrassonografia com Doppler	600	576	-4%	600	530	-12%
Ultrassonografia Obstétrica	600	495	-18%	600	576	-4%
Outras Ultrassonografias	1.530	1.821	19%	1.530	1.700	11%
Ultra-Sonografia	3.744	4.019	7%	3.744	3.696	-1%
Endoscopia Digestiva Alta	1.260	990	-21%	1.260	1.031	-18%
Colonoscopia	300	712	137%	300	496	65%
CPRE	0	0	0	0	78	0
Outras Endoscopias	720	694	-4%	720	568	-21%
Endoscopia	2.280	2.396	5%	2.280	2.173	-5%
Diagnóstico em Cardiologia (Exceto Cateterismo Cardíaco)	1.656	1.482	-11%	1.656	1.259	-24%
Diagnóstico em Ginecologia-Obstetrícia	0	0	0	0	311	0
Diagnóstico em Neurologia	648	575	-11%	648	553	-15%
Diagnóstico em Otorrinolaringologia/Fonoaudiologia	180	145	-19%	180	181	1%
Diagnóstico em Pneumologia	1.800	1.526	-15%	1.800	1.453	-19%
Diagnóstico em Urologia	120	94	-22%	120	66	-45%
Métodos Diagnósticos em Especialidades	4.404	3.822	-13%	4.404	3.823	-13%
Total	16.488	15.586	-5%	16.488	15.051	-9%

767 - OCI - Oferta de Cuidados Integrados	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Mama	6	0	-100%	6	0	-100%
Câncer De Mama Ii	0	0	0	0	1	0
Câncer De Próstata	18	27	50%	18	89	394%
0901010081 OCI Avaliação Diagnóstica De Câncer Colorretal	600	161	-73%	600	534	-11%
Sub Total - OCI Oncologia	624	188	-70%	624	624	0%
0902010018 OCI Avaliação De Risco Cirurgico	30	1	-97%	30	29	-3%
0902010026 OCI Avaliação Cardiológica	30	12	-60%	30	28	-7%
Coronariana Crônica	54	19	-65%	54	46	-15%
Síndrome Coronariana Crônica	0	8	0	0	0	0
Cardíaca	54	15	-72%	54	50	-7%
Sub Total - OCI Cardiologia	168	55	-67%	168	153	-9%
Recursos De Radiologia	516	248	-52%	516	640	24%
Recursos De Radiologia E Ultrassonografia	516	147	-72%	516	502	-3%
Sub Total - OCI Ortopedia	1.032	395	-62%	1.032	1.142	11%
Auditivo	444	313	-30%	444	613	38%
Déficit auditivo	186	67	-64%	186	191	3%
Sub Total - OCI Otorrinolaringologia	630	380	-40%	630	804	28%
Total	2.454	1.018	-59%	2.454	2.723	11%

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores e conselheiros do

INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG

GESTOR DO AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALISTAS "EDY COSTA MENDES" – AME SJC

São José dos Campos – SP

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG – Gestor do AME-SJC** - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG – Gestor do AME-SJC**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), juntamente com os requisitos éticos pertinentes para nossa auditoria das demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com esses requisitos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

(a)- Subvenções e Reconhecimento da Receita

Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Crédito de Subvenções a receber da Secretária de Estado da Saúde de São Paulo – SES/SP, estão correlacionados nas Notas “05 CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS”, “16 RECEITAS PROGRAMA ATIVIDADE DE SAÚDE – COM RESTRIÇÃO”, ambas relacionadas nas demonstrações contábeis da Entidade.

A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre os Créditos de Subvenções a receber, no valor de R\$ 2,251 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no Contrato de Gestão nº SES-PRC-2023/07458 e demais termos aditivos, firmado entre a SES-SP - Secretária de Estado da Saúde de São Paulo e o INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Ambulatório Médico de Especialistas “Edy Costa Mendes”, de São José dos Campos – AME SJC, será cumprido no exercício seguinte.

A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios exigidos no Contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou, antecipadamente, custos/despesas, em relação aos repasses mensais, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 18,617 milhões, ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude do custo/despesa ter sido maior que os valores repassados para o período em análise.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES/SP, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras de contabilidade.

Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes, quando existentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita.

Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com os custos e as despesas correspondentes. Semelhantemente, constatamos que a diferença da subvenção relacionada foi transferida para a conta contábil de “contratos de gestão e convênios” no Ativo, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota “5. CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(b)- Critério Contábil – Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2)

Os detalhes sobre a política contábil, concernentes a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota “3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS”, subitem “3.2 ATIVO IMOBILIZADO”, letra “a”, “RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO”, informados nas demonstrações contábeis da Entidade.

A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do Contrato de Gestão de N ° SES-PRC-2023/07458 e demais termos aditivos, firmado entre a SES-SP - Secretária de Estado da Saúde de São Paulo e o INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Ambulatório Médico de Especialistas “Edy Costa Mendes”, de São José dos Campos – AME SJC, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SES-SP e que, ao final do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do AME-SJC optou por acatar o novo entendimento contábil.

Resposta da auditoria ao assunto

NBCTGEC Estrutura Conceitual para relatório financeiro

Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Resolução NBCTGEC de 2019, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, que dispõe sobre a estrutura conceitual para relatório financeiro e Resolução CFC NBCTG26 de 2017, que aprovou à NBC TG 26 (R5) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a representação fidedigna (essência sobre a forma) deve prevalecer.

Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziram a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da REPRESENTAÇÃO FIDEDIGNA, estabelecido na Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de Relatório Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s).

Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual, e atendimento a representação fidedigna (essência sobre a forma), contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC NBCTG07 de 2017, que aprova a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

4. Ênfase

4.1 Continuidade das operações

Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-SP, conforme previsto no Contrato de Gestão nº SES-PRC-2023/07458. Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação do contrato de gestão, prevista para conclusão em março de 2028. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

4.2 Transações entre partes relacionadas

Conforme Nota Explicativa “15. Partes Relacionadas”, correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis, não foram disponibilizados documentação formal, contendo autorização, com base no Contrato de Gestão e/ou aditivo, para a realização de transferências de recursos entre as unidades geridas sob a responsabilidade da Entidade, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos.

5. Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, sem modificação, em 12 de março de 2025.

6. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

7. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em

conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

(a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

(b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

(c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

(d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

(e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança uma declaração de que cumprimos os requisitos éticos pertinentes à independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório

porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São José dos Campos – SP, 29 de março de 2026.

Work7 Auditores Independentes LTDA
CRC 1GO 001891

Jose Ricardo Xavier
Contador CRC GO-013785/O-0 - CVM 12.424